

Fls.

**Processo: 0119565-23.2018.8.19.0001**

## Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Falência de Empresários, Socied. Empresárias, Microempresas e Empresas de Peq. Porte - Requerimento - Requerimento de Falência

Autor: SERGIO MAGALHÃES DA SILVA  
Réu: FARMÁCIA MEDITERRANEO DA BARRA LTDA

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz  
Antonio da Rocha Lourenco Neto

Em 04/12/2024

### Decisão

Acórdão (Id. 219) proferido pela Sétima Câmara de Direito Privado/TJRJ que deu provimento ao recurso para afastar a prejudicial de prescrição e decretar a falência da Farmácia Mediterrâneo da Barra Ltda. Por fim, delegou a este juízo as providências do art. 99 da lei 11.101/05.

Irresignado, o recorrente ingressou com Agravo em Recurso Especial, sob o nº 2523073 / RJ, cuja decisão não conheceu do recurso, com trânsito em julgado em 21/03/2024, conforme consulta no STJ.

Intimado o Ministério Público (Id. 404) pugnou pelo cumprimento do acórdão para as providências previstas nos diversos incisos do art. 99 da LFRE/2005.

Pois bem.

Em cumprimento ao Acórdão proferido pela Sétima Câmara de Direito Privado/TJRJ que Decretou a FALÊNCIA, em 16/03/2023, de FARMÁCIA MEDITERRÂNEO DA BARRA LTDA, sociedade empresária, inscrita no CNPJ sob o nº 02368932/0001-17, com sede na Avenida Gastão Senges nº 185 loja 102, Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ, tendo como sócios administradores da sociedade NADIA XIMENIS DA CUNHA, brasileira, viúva, comerciante, portador da carteira de identidade nº 04183749-3 IFP/RJ e do CPF 625.177.917-91, residente e domiciliado na rua Maria Regina Loteamento Vila Magalhães Lote 17 Quadra G - Miguel Couto- RJ, Cep: 26157-180; e ALEXANDRA DA SILVA SANTOS, brasileira, solteira, comerciante, portadora da carteira de identidade nº 860970 IFP/RJ e do CPF 011.982.757-31, residente e domiciliada na rua Maria Regina Loteamento Vila Magalhães Lote 14 Quadra J - Miguel Couto- RJ, Cep: 26157-180; DETERMINO:

I) Os credores deverão apresentar ao Administrador Judicial as habilitações ou impugnações de crédito, no prazo de 15 (quinze) dias após a publicação do primeiro edital com esta decisão e a relação de credores, no Diário Oficial.

II) Ficam suspensas todas as ações e execuções contra o falido, com a ressalva das ações que demandarem quantia ilíquida, as quais prosseguirão no juízo no qual tiverem em trâmite.

III) Fica permitido pleitear junto ao Administrador Judicial habilitação, exclusão ou

modificação de créditos, derivados da relação de trabalho, mas as ações de natureza trabalhista, inclusive as impugnações, serão processadas perante a justiça especializada até a apuração do respectivo crédito.

IV) Fica proibida a prática de qualquer ato de disposição ou oneração de bens do falido que dependerão de prévia autorização judicial e do Comitê, se houver, ressalvados os bens cuja venda faça parte das atividades normais do devedor, quando autorizada a continuação provisória.

V) Oficie-se à Junta Comercial do Rio de Janeiro para anotação junto ao registro do devedor da expressão "falido", na data da quebra (16/03/2023) e da inabilitação para o exercício da atividade empresarial, até a extinção das obrigações. Oficiem-se aos órgãos e repartições públicas e outras entidades para que informem sobre a existência de bens e direitos do falido.

VI) Nomeio como administrador judicial JULIO MATUCH DE CARVALHO, telefone: (21) 2544-0989 e (11) 95134-0989; e-mail: julio@mcaa.adv.br, que deverá ser intimado a fim de promover a arrecadação dos bens, tão logo assine o Termo de Compromisso.

VII) Fixo o termo legal da falência no nonagésimo dia anterior ao pedido de falência. Deixo de proceder ao lacre do estabelecimento comercial do falido, conforme retorno do AR negativo (Id.46). Publique-se o edital de notificação e a relação de credores, artigo 99, §único, da lei 11.101/2005.

VIII) Ordeno ao Registro Público de Empresas e à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil que procedam à anotação da falência no registro do devedor, para que dele constem a expressão "falido", a data da decretação da falência e a inabilitação de que trata o art. 102 desta Lei;

IX) Ordeno a intimação eletrônica, nos termos da legislação vigente e respeitadas as prerrogativas funcionais, respectivamente, do Ministério Público e das Fazendas Públicas federal e de todos os Estados, Distrito Federal e Municípios em que o devedor tiver estabelecimento, para que tomem conhecimento da falência.

X) Expeçam-se os ofícios de praxe e dê-se ciência pessoal ao Ministério Público. Dê-se ciência à Curadoria de Massas Falidas.

XI) Aos representantes da falida para que cumpra o disposto no artigo 99, III, da Lei 11.101/05, trazendo a relação nominal dos credores atualizada, indicando o endereço, o valor, a natureza e a classificação dos créditos (mídia digital - formato Word - MS), bem como apresente todos os livros da empresa e preste as declarações, nos termos do artigo 104 da Lei de Falências, diretamente ao Administrador Judicial, no prazo de 5 dias. Advirto que o não cumprimento do acima estabelecido, poderá acarretar crime de desobediência e a imediata condução coercitiva para a respectiva lavratura do estado de flagrância, sem prejuízo dos crimes falimentares tipificados na lei regente.

XII) Cumprida pelo falido às disposições contidas nos incisos I e II do art. 104 da Lei 11.101/2005, determino que sejam expedidos de plano, e independentemente de novos despachos, ofícios às Polícias de Fronteiras e Federal, assim que o falido, seus ex-sócios ou administradores fizerem a devida comunicação ao juízo na forma do inciso III, informando não haver óbice desse juízo em razão deste feito falimentar para que se ausentem do país, desde que na oportunidade, apresentem conjuntamente bastante procurador para representá-los em todos os atos do processo falimentar.

XIII) Que, diante da leitura do § 1º do art. 7º da Lei 11.101/2005, indevida é apresentação direta ao juízo de habilitações e divergências - essa última ainda que nominada de impugnação - pela simples razão de que não é o momento de se judicializar tais situações, o que somente ocorrerá após o decurso do prazo contido no referido parágrafo ou após

publicação da lista final apresentada pelo administrador judicial (§2º do art. 7º da LFR). Com efeito, determino que todas as habilitações, divergências e impugnações recebidas em cartório, por qualquer meio, antes ou dentro do prazo de 15 dias contados da publicação prevista no § 1º do art. 52 ou do parágrafo único do art. 99 ambos da Lei 11.101/2005, sejam imediatamente baixadas do sistema e encaminhadas ao Administrador Judicial nomeado, mediante protocolo de recebimento e certidão nos autos.

XIV) O administrador deverá atentar-se para o prazo de até 60 (sessenta) dias, contado do termo de nomeação, a fim de apresentar, plano detalhado de realização dos ativos, inclusive com a estimativa de tempo não superior a 180 (cento e oitenta) dias a partir da juntada de cada auto de arrecadação, na forma do inciso III do caput do art. 22 desta Lei. Ademais, deverá proceder à venda de todos os bens da massa falida no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data da juntada do auto de arrecadação, sob pena de destituição;

XV) Autorizo desde já que o Administrador Judicial obtenha em benefício da massa os bens apenados, penhorados ou legalmente retidos, conforme art.22, inciso III, alínea "M", da lei 11.101/05 ; bem como arrecade os valores dos depósitos realizados em processos administrativos ou judiciais nos quais o falido figure como parte, oriundos de penhoras, de bloqueios, de apreensões, de leilões, de alienação judicial e de outras hipóteses de constrição judicial.

XVI) O Administrador Judicial deverá realizar todos os atos necessários à realização do ativo, devendo observar o disposto no artigo 114-A, no qual transcrevo:

"114-A - Se não forem encontrados bens para serem arrecadados, ou se os arrecadados forem insuficientes para as despesas do processo, o administrador judicial informará imediatamente esse fato ao juiz, que, ouvido o representante do Ministério Público, fixará, por meio de edital, o prazo de 10 (dez) dias para os interessados se manifestarem.

§ 1º Um ou mais credores poderão requerer o prosseguimento da falência, desde que paguem a quantia necessária às despesas e aos honorários do administrador judicial, que serão considerados despesas essenciais nos termos estabelecidos no inciso I-A do caput do art. 84 desta Lei.

§ 2º Decorrido o prazo previsto no caput sem manifestação dos interessados, o administrador judicial promoverá a venda dos bens arrecadados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para bens móveis, e de 60 (sessenta) dias, para bens imóveis, e apresentará o seu relatório, nos termos e para os efeitos dispostos neste artigo.

§ 3º Proferida a decisão, a falência será encerrada pelo juiz nos autos."

XVII) Visando facilitar e viabilizar as diligências do Administrador Judicial, determino o bloqueio de todas as contas bancárias da falida via CNIB e SISBAJUD, e que seja realizada a pesquisa no INFOJUD, RENAJUD, solicitando as 3 (três) últimas declarações do imposto de renda que serão juntadas posteriormente.

P.R.I

Rio de Janeiro, 04/12/2024.

**Antonio da Rocha Lourenco Neto - Juiz Titular**

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Antonio da Rocha Lourenco Neto

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Código de Autenticação: **45IE.GMLY.F8U2.4S44**  
Este código pode ser verificado em: [www.tjrj.jus.br](http://www.tjrj.jus.br) – Serviços – Validação de documentos